



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17466 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

AMPLIANDO HORIZONTES: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA GUINÉ-BISSAU E A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Euclides Andre Musdna Malu - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DO JANEIRO/ UNIRIO

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

AMPLIANDO HORIZONTES: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA GUINÉ-BISSAU E A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

O desenvolvimento humano em qualquer nação está intrinsecamente ligado à qualidade e à abrangência de suas políticas educacionais. Nesse sentido, na Guiné-Bissau, a luta pela alfabetização e pela educação de adultos destaca-se como uma peça chave para o avanço em direção ao desenvolvimento sustentável e à democratização da sociedade.

Historicamente, como antiga colônia portuguesa, a Guiné-Bissau sofreu imensamente sob o domínio colonial, com pouquíssimo esforço feito para garantir acesso à educação escolar. Até a independência em 1973, mais de 90% da população era analfabeta, com menos de 10% da população alfabetizada, composta principalmente por assimilados.

Após a independência, a Guiné-Bissau implementou políticas educacionais focadas na cultura local e no combate ao analfabetismo, resultando em um crescimento educacional inicial (Monteiro, 1997; Freire, 1978). No entanto, golpes de Estado e ajustes estruturais impuseram um desinvestimento significativo por parte do Estado em um cenário já precário, agravando ainda mais a situação (Cardoso, 1995). Isso interrompeu o avanço e a perspectiva emancipatória que estavam sendo construídos, mergulhando o país em uma crescente falta de infraestruturas escolares, materiais didáticos e uma recorrente violação dos direitos

constitucionais de acesso à educação, especialmente para populações rurais, mulheres, jovens e adultos.

Esta pesquisa explora as raízes, os desafios e as perspectivas para a ampliação das políticas educacionais voltadas para a alfabetização e Educação de Jovens e Adultos na Guiné-Bissau, buscando contribuir para a promoção do direito à educação, especialmente entre as populações mais vulneráveis, e pensar as possibilidades para o fortalecimento e a implementação de estratégias educacionais inclusivas e eficazes. Nesse contexto, a investigação, que faz parte de uma dissertação de mestrado com perfil qualitativo, baseia-se na pesquisa bibliográfica e no estudo documental, conforme definidos por Gil (2008), utilizando levantamentos em repositórios acadêmicos e institucionais.

O referencial teórico deste estudo está centrada concepção crítico-libertadora (Freire, 2010) com o objetivo de pensar as políticas da EJA, papel do Estado e o compromisso com a democracia.

Partimos da premissa de que a falta de instrução básica em leitura, escrita e cálculo, especialmente entre jovens e adultos contemporâneos, implica em restrições e limitações consideráveis, dadas as estruturas políticas, econômicas e sociais do sistema capitalista globalizado. Em um mundo onde o conhecimento científico desempenha um papel fundamental na superação dos desafios emergentes, a ausência desse tipo de aprendizado torna-se uma vulnerabilidade significativa. Assim, a alfabetização e a educação de jovens e adultos emergem como componentes essenciais para o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação.

Segundo o Recenseamento Geral de 2009, a taxa de analfabetismo da população igual ou maior de 15 anos de idade é calculada em 49,8%, com 63,1% das mulheres sendo analfabetas. Embora a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE, 2010) reconheça a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um subsistema, ela permanece marginal e subfinanciada. A Constituição da Guiné-Bissau nos seus artigos 49º e 16º afirma o direito de todos à educação e o papel crucial do Estado na garantia desse direito, mas, na prática, a maioria de jovens e adultos, devido à falta de políticas educacionais adequadas, são condenados a subempregos e baixos salários, perpetuando a desigualdade social e a pobreza.

A LBSE (2010) define o direito à educação como um direito social, essencial para o desenvolvimento humano, democracia e progresso social, conforme detalhado em documentos como a Carta da Política do Setor Educativo e o Plano Setorial de Educação. No entanto, as políticas educacionais ainda limitam a EJA à alfabetização, com iniciativas que dependem de parcerias entre governo, comunidades, ONG's e agências internacionais como a União Europeia, Unicef, Unesco, PNUD e Banco Mundial.

Amílcar Cabral (1978) entendia a educação como parte fundamental da construção de uma sociedade justa e igualitária, alinhada à formação integral do indivíduo, onde todos os

cidadãos pudessem exercer plenamente seus direitos e deveres. “Considerar o pleno desenvolvimento da pessoa é fazê-la perceber que o pertencimento sociocultural se constrói em conjunto com os pressupostos escolares articulados com seus anseios e vivências” (JULIÃO, BEIRAL e FERRARI, 2017, p. 43).

Amílcar Cabral (1978) e Paulo Freire; Machado (1990) argumentam que a alfabetização deve ser vista como um ato político, capacitando os alfabetizados a construir conhecimento crítico e alcançar a libertação. O direito à educação de jovens e adultos não deve se limitar à alfabetização, mas sim incluir a continuidade no ensino básico e a articulação com outras políticas sociais, uma vez que a alfabetização isolada não promove desenvolvimento social e pessoal, nem gera emprego, renda ou saúde.

Ao explorar a intrincada teia de desafios, conquistas e iniciativas diversas relacionadas às políticas de alfabetização e Educação para Jovens e Adultos (EJA) na Guiné-Bissau, este trabalho destacou não apenas as várias facetas da problemática educacional, mas também os esforços que precisam ser concertados para responder a estas questões.

É fundamental a estabilidade política e criação de políticas públicas sérias para a EJA que possam fomentar o combate à pobreza, implantar a cultura de paz e eliminar as diversas formas de exclusão, considerando os diferentes grupos sociais e entre os sexos; garantir o grau de participação democrática de todos como foi recomendada na agenda da África na Conferência preparatória da VI CONFINTEA em 2009, pois, como aponta Freire, "o analfabetismo não só ameaça à ordem econômica de uma sociedade, como também constitui profunda injustiça." (Freire, 1990, p. 11).

Concluimos que esses problemas não serão superados se a responsabilidade de garantir uma educação de qualidade para todos não for assumida politicamente pelo Estado e pela sociedade civil. Os problemas da EJA não podem e devem ser resolvidos com ‘arranjos’, com projetos de curto prazo que não permitam a essas pessoas darem continuidades nos estudos. Combater o analfabetismo e os problemas sociais que dela emanam exige políticas sérias e articuladas.

Palavras-chave: EJA. Direito à EJA. Políticas Educacionais. Desafios e Perspectivas. Guiné-Bissau.

BIBLIOGRAFIAS

AITCHISON, J. A voz do Sul na CONFINTEA VI: a agenda da África. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 335-344, 2009.

CARDOSO, C. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: _____ **Transitions libérales en Afrique lusophone**. [S.l.]: Lusotopie, v. 2, 1995. p. 259-282.

FREIRE, P. **Carta à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro : Paz e terra, 1978.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P.; MACEDO, D. P. **Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo**. [S.l.]: Paz e Terra, 1990.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau**. Assembleia Nacional Popular. Bissau. 1996.

GUINÉ-BISSAU. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Assembleia Nacional Popular. Bissau. 2010.

JULIÃO, E. F.; BEIRAL, H. J. V.; FERRARI, G. M. As políticas de Educação de Jovens e Adultos na atualidade como desdobramento da constituição e da LDB. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina**, v. 11, p. 40-57, jun 2017. ISSN 19.

MONTEIRO, J. J. S. Analfabetismo na Guiné Bissau: Kamiñu lundju inda. Soronda, Bissau, v. Vol. 1, n. 1, p. 31-59, janeiro 1997.